

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ÂMBITO ESCOLAR BREVENSE

Cherma Miranda PEREIRA (UFPA)¹
Celso FRANCÊS JÚNIOR (UFPA)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre o preconceito linguístico dentro das escolas na cidade de Breves-Marajó, elaborada e aplicada durante a disciplina Sociolinguística do curso de graduação em Letras da UFPA. Propomos a discussão sobre os fatores extralinguísticos que causam este preconceito e a importância dessa problemática para uma melhor conscientização social de que a língua sendo heterogênea apresenta variações que de forma erroneamente interpretadas gera o preconceito linguístico. Como aporte teórico, utilizamos autores como Bagno (2009), Tarallo (1994), Camacho (2011), Perini (1999), Alkmim (2011), Bortoni-Ricardo (2004) e os PCNs (1998). Os autores citados problematizam as variações como parte da língua (oral) e o preconceito linguístico causado quase sempre pelas diferenças socioeconômicas que menosprezam as variedades estigmatizadas, privilegiando a norma padrão como a única forma de se falar “corretamente”. A pesquisa de campo foi desenvolvida em 4 escolas da rede pública com professores e alunos da 3º e 4º etapa do EJA (Educação de Jovens e Adultos) de forma qualitativa. Verificou-se com a análise que tanto os professores quanto os alunos tinham pouco conhecimento do assunto abordado. Conclui-se, portanto, que a referência para o ensino de língua portuguesa nas escolas ainda é a gramática normativa e que pouco se estuda sobre as discriminações linguísticas sofridas em nossa língua.

Palavras-chave: Variação linguística. Preconceito linguístico. EJA.

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo o ensino de língua portuguesa privilegiou apenas a forma escrita, deixando despercebidas as variações linguísticas existentes em nossa língua resultando na valorização da variante padrão e gerando o preconceito linguístico que é fruto do preconceito social. Um dos fatores que o causam é a falta de acesso das pessoas que não tiveram uma educação de qualidade e consequentemente não têm o domínio da norma privilegiada. Bagno (2009) afirma,

O reconhecimento da existência de muitas variedades linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega na escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade estigmatizada do português brasileiro [...] (BAGNO, 2009, P.32)

Podemos observar que a entrada de uma criança na escola, mais especificamente as que migram do meio rural para a zona urbana, passam por um período de transição de uma cultura essencialmente oral para uma escrita utilizando como referência a norma padrão. Durante este processo cabe ao professor contribuir para que o educando conheça as variações existentes em

¹ Graduanda em Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Marajó/Breves.

nossa língua e aprenda a se adequar as regras impostas pela sociedade (BORTONI-RICARDO, 2004, p.25). E compete à escola criar atividades que proporcione ao aluno, diferentes ocasiões de uso da língua.

A tarefa educativa da escola, em relação à língua materna, é justamente criar condições para que o educando desenvolva sua competência comunicativa e possa usar, com segurança, os recursos comunicativos que forem necessários para desempenhar-se bem nos contextos sociais em que interage. (BORTONI-RICARDO, 2004, P.78)

Dessa forma, percebemos que mesmo as pessoas que não tiveram acesso a um ensino que lhes proporcionassem desenvolver suas competências comunicativas e nem o conhecimento da norma padrão para saber se adequarem às diferentes situações de uso da língua que a sociedade exige, todas têm um conhecimento inato dela.

Qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. (PERINI, 1999, p.13)

Partindo das teorias de alguns autores como Camacho (2011), Alkimin (2011), Botoni-Ricardo (2004), os PCNs (1998) e principalmente Bagno (2009), que tratam das variações como parte inerente da língua (oral) e do preconceito linguístico quase sempre, causado pelas diferenças socioeconômicas que menosprezam as variedades estigmatizadas. Propomos a discussão sobre os fatores extralinguísticos (não gramaticais, intenção de comunicação) que causam este preconceito e a importância desta problemática para uma melhor conscientização social.

A partir disto, fizemos uma pesquisa de campo com o objetivo de descobrir se no ambiente escolar de Breves-Marajó, os professores e alunos tinham conhecimento do que é o preconceito linguístico e se há este preconceito dentro das escolas. Para isso, abordamos de que forma os professores de língua portuguesa discutem as diversidades linguísticas, e se a escola valoriza a cultura trazida pelos seus alunos ou apenas mantém o ensino tradicional com base na gramática normativa.

2 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A sociolinguística é a área dentro da linguística que estuda a língua falada em seu contexto social, ou seja, em seu uso real. Desse modo atribui-se a ela o estudo das relações entre língua e sociedade (ALKMIN, 2011 p.28). É sabido que todas as línguas variam e que não existe nenhuma comunidade de falantes em que um indivíduo fale da mesma forma que o outro. Sendo assim, as variedades linguísticas são o reflexo da variedade social, ou seja, a variação acontece de acordo com os grupos sociais, com o grau de escolaridade, sexo entre outros. Deste modo, a língua apresenta-se como algo heterogêneo e suscetível de mudanças.

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. Concretamente: o que chamamos de “língua portuguesa” engloba os diferentes modos de falar utilizado pelo conjunto de seus falantes do Brasil, em Portugal, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor etc. (ALKMIN, 2011, p.33)

Segundo Camacho (2011) os elementos extralinguísticos que causam as variações em nossa língua, podem se dividir em variantes geográficas, socioculturais e estilísticas ou de registro.

[...] toda língua comporta variantes: (i) em função da identidade social do emissor; (ii) em função da identidade social do receptor; (iii) em função das condições sociais de produção discursiva. Em função do primeiro fator, pertencem as variantes que se podem denominar dialetais em sentido amplo: *variantes geográficas e socioculturais*. Em função do segundo e do terceiro fatores, pertencem as *variantes de registro ou estilísticas*. Referem-se ao grau de formalidade da situação e ao ajustamento do emissor à identidade social do receptor. (CAMACHO, 2011, p.58)

A variação geográfica leva em consideração o espaço, ou seja, dependendo da região onde o falante está localizado haverá determinados tipos de variação, seja lexical, fonético etc. Como por exemplo, a região nordeste que apresenta variantes distintas de falantes da região norte do Brasil. A variação sociocultural resulta da semelhança entre a fala de indivíduos de um mesmo grupo social. A variante provém das diferenças como faixa etária, escolaridade, profissão, classe econômica, etc.

Já a variação estilística é baseada no contexto onde o falante está inserido, podendo apresentar uma linguagem ora formal ora informal. Como Camacho (2011, p.60) diz: “É o resultado da adequação da expressão às finalidades específicas do processo de interação verbal com base no grau de reflexão do falante sobre as formas que seleciona para compor seu enunciado.”

Portanto, as variações não convivem de modo independente, um falante pode apresentar numa fala, uma ou mais desses tipos de variações. Dessa forma, Camacho (2011) explica que não se deve impor um padrão às variações linguísticas existentes na sociedade, mas sim, adaptá-las ao ensino na escola:

O modo como a língua é ensinada na escola pratica tradicionalmente o modelo da deficiência. O principal pressuposto da tradição normativa é que cabe a escola o papel de compensar supostas carências socioculturais. Decorre desse pressuposto que a principal tarefa do ensino é substituir a variedade não-padrão pela padrão. A esse modo de existência, a Sociolinguística propôs uma alternativa fundamental, segundo a qual variações de linguagem não devem passar por um crivo valorativo, já que não são mais que formas alternativas que o sistema linguístico põe à disposição do falante. (CAMACHO, 2011, p.69)

3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O preconceito linguístico, segundo Bagno (2009), é composto por diversos mitos ao qual se chega a especulações grotescas como: “brasileiro não sabe português”, “as pessoas sem instrução escolar não falam bem português”, etc. No mito 1 “O português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente” em que Bagno (2009) considera o mais importante, ele deixa claro que a língua não

existe sem variações e que com a tentativa da escola em impor uma única variante padrão desconsidera a origem dos alunos, seja geográfica, socioeconômica e outras que causam este preconceito.

O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja “uma”, uniforme e homogênea. O monolinguismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, *heterogênea*, ou seja, apresenta *variação* em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc.) (BAGNO, 2009, P.27-28)

Outro mito que percebemos com muita frequência em nossas escolas e o 6 “O certo é falar assim porque se escreve assim”. Bagno (2009) esclarece que não faz sentido ampliar a ortografia aplicada à língua escrita para a língua oral, pois não há um sistema ortográfico que tenha elementos suficientes para fazer uma representação fiel da língua oral. E diz que: “Seria mais justo e democrático explicar ao aluno que ele pode dizer “bulacha” ou “bolacha”, mas que só pode escrever BOLACHA, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito” (BAGNO, 2009, P.69)

Esses mitos são transmitidos e permanentes em nossa sociedade, a partir de veículos como: gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos. Isso começa quando a escola tem a gramática como única metodologia de ensino de língua portuguesa que gera as grandes indústrias de livros didáticos e mantém a tradição, levando em conta as percepções pedagógicas que variam as suas práticas, dependendo da região, da escola e do professor. (BAGNO 2009)

Atualmente podemos encontrar, em alguns livros didáticos, as novas concepções pedagógicas de que não existe certo ou errado e sim adequado. Para Bagno (2009) apesar dos novos livros didáticos serem criticados, eles têm contribuído para uma revisão das formas tradicionais. Porém, do ponto de vista teórico, o discurso tornou-se contraditório e até anulado pela quantidade extensa de páginas da gramática tradicional normativa.

[...] à primeira vista, parece que os novos livros didáticos deram um bom passo adiante no combate ao preconceito linguístico. Quase todas as coleções avaliadas e aprovadas pelo PNLD em suas últimas edições trazem, em algum momento, uma discussão sobre variação linguística e preconceito linguístico. Nesses capítulos ou unidades, predomina um discurso progressista, em favor da não discriminação das pessoas pela linguagem, do respeito à diversidade cultural etc. (BAGNO, 1999 p.95)

Ao falarmos sobre preconceito linguístico, a primeira coisa que questionamos é “como ensinar português”. Ensinar português é ensinar a ler e escrever, o principal objetivo é o letramento e um dos meios de combater esse tipo de preconceito linguístico é a mudança de atitude, aceitando as críticas, e sempre estar se informando. Esse tipo de atitude está sendo realizada devido à gramática mostrar que a língua é um livro fechado e que não há mudanças nela. (BAGNO 2009)

A gramática normativa tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante

movimento – toda língua viva é uma *língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação*. (BAGNO, 2009, p.142)

Outro modo de tentar combater o preconceito linguístico é reavaliar a chamada paranoia ortográfica. Aquela em que os professores corrigem a priori, os erros ortográficos, se as palavras estão ou não acentuadas ou escritas corretamente e não o sentido do texto. A mudança de atitude irá enganar este preconceito, mas para isso o professor precisa abandonar a atitude repetidora e reprodutora da gramática. Passar a investigar e a se atualizar, participar de eventos linguísticos e sempre incentivar o aluno a procurar sua resposta de maneira crítica em sala de aula, deixando claro que não existe o “certo” e o “errado”. (BAGNO 2009)

Para os PCNs (1998 p.26) a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. Os PCNs são os principais instrumentos didáticos para auxiliar o professor em sala de aula, e através deles é possível de maneira mais prática entender que a linguagem é uma ciência, assim como outras, ou seja, evolui, e estão em constantes mudanças.

4 METODOLOGIA

Neste tópico procuramos explicitar o processo metodológico desta pesquisa que se iniciou com a coleta de dados em quatro escolas da rede pública de Breves-PA, sendo elas E.E.F Profª Margarida Nemer, E.E.F Prof. Estevão Gomes, E.E.F Profª Rossilda Ferreira e E.E.F Dr. Lauro Sodré localizadas no centro e na periferia da cidade. Foram escolhidos como público alvo para a pesquisa 30 colaboradores, entre eles, professores de língua portuguesa com faixa etária entre 30 e 50 anos e alunos entre 17 e 25 anos das turmas de 3º e 4º etapa do E.J.A (Educação de Jovens e Adultos).

A coleta de informações se deu a partir de entrevistas feitas a professores e alunos que, segundo Marconi & Lakatos (2008), é uma conversação efetuada face a face de maneira metódica, proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária. Foi aplicada através de dois formulários, roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado (Marconi & Lakatos, 2008) e descritos na tabela abaixo. Usamos também celulares para gravação em áudio.

A pesquisa predomina-se qualitativa, pois se analisa os dados obtidos ancorados na fundamentação teórica (citada nos tópicos 2 e 3), de forma a considerar a singularidade de cada fenômeno social ou cultural, sendo que ao longo deste processo o pesquisador explicita essa realidade levando em conta a perspectiva dos colaboradores envolvidos no objeto de estudo (o preconceito linguístico).

Abaixo estão as perguntas aplicadas aos professores e alunos.

Professores	Alunos
1 O que você conhece sobre o preconceito linguístico?	1 O que você entende sobre o preconceito linguístico?
2 Você encontra algum tipo de preconceito linguístico entre os alunos em sala de aula?	2 Você já sofreu esse tipo de preconceito?
3 O que você faz enquanto professor para amenizar o preconceito linguístico?	3 Se você já sofreu esse preconceito, te prejudicou de alguma forma na escola?
4 Dentro do planejamento de aula, há alguma atividade para conscientizar o aluno sobre o preconceito linguístico?	4 Se aconteceu, qual foi a atitude do professor?
5 Você já encontrou algo relacionado ao preconceito linguístico em livros didáticos?	5 O professor faz atividades em sala de aula para discutir sobre o preconceito linguístico?
6 Como você ensina a gramática em sala de aula?	6 Você compreende a forma que o professor ensina a gramática?
7 Que tipo de consequência você acredita que o preconceito linguístico gera dentro da sala de aula?	7 O que você acredita que seria necessário para diminuir o preconceito linguístico na escola?

4 ANÁLISE DA PESQUISA

A partir daqui, faremos a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo. Começaremos analisando as respostas dos professores e em seguida os dados dos alunos com base em Bagno (2009) e nos PCNs (1998). Consideraremos as perguntas e respostas mais relevantes para este artigo e escolhemos as respostas das perguntas 1, 4, 6 e 7 aplicadas aos professores e 1, 2, 5 e 6 aplicada aos alunos, que passarão a ser identificadas com letra e número correspondente (p1), descritas na metodologia.

No que remete a p1, podemos perceber que os professores entrevistados não têm um domínio do que seja exatamente o preconceito linguístico, entendido claramente na resposta do professor 2. *“às vezes algumas pessoas, até mesmo professores reprovam algumas questões feitas por alunos de um entendimento que ele tem e que o professor tem um outro”*. Segundo Bagno (2009) o preconceito linguístico é formado por diversos mitos e a tradição gramatical nas escolas. Mas também confundem o que é o preconceito, qualquer atitude que deprecie as variedades linguísticas com os tipos de variações (descritas no tópico 2). Como na resposta do professor 5 *“para mim, preconceito linguístico são as diversas variedades da linguagem, por exemplo, as diferenças regionais, as sociais e culturais”*.

Já na p4, observamos que o planejamento² de aula dos professores, deixa de lado à importância de se trabalhar a linguagem que o aluno traz da comunidade em que vivem. Como respondeu o professor 3 *“eu não tinha planejado, eu não tinha feito essa adaptação mas com o*

² Não tivemos acesso ao planejamento de aula dos professores, apenas foi descrito por eles.

problema (preconceito) que surgiu, eu busquei em outra aula fazer isso, porque houve uma necessidade". Trabalham as variações com uma pequena relevância, apenas para completar o conteúdo programático e sempre valorizando a forma escrita como diz o professor 2 "*Sim! a gente encontra, porque a gente trabalha as variantes linguísticas e é uma maneira de trabalhar um texto*". Não levam em consideração os efeitos que esse preconceito causa em uma pessoa dentro de uma sociedade que impõem o que é "certo" e o que é "errado". Segundo os PCNs (1998, p.31) é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana.

Alguns professores já tentam trabalhar a gramática normativa de uma forma diferente, utilizando textos baseados em gêneros ainda que persista para outros, que é preciso trabalhar da forma tradicional, usando frases soltas. Assim afirmam o professor 6 "*Com o novo currículo trabalhamos a gramática no texto, decisão dos professores, apesar de em determinadas situações a agente trabalhar com frases*", e o professor 7 "*sim, a gramática ela é trabalhada conforme ela pede, o nosso conteúdo programático se trabalha gramática de acordo com o livro didático.*" Porém, não trabalham a forma como o aluno deve se adequar a essa língua padrão diante da sociedade sem deixar de lado a sua linguagem. Bagno (1999, p.168) completa que ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano.

Poucos responderam a pergunta 7, mas o professor 3 que respondeu diz: "*hoje não vejo isso tão pernicioso, não é uma coisa tão grave. A gente se preocupa em fazer o aluno entender que preconceito linguístico é uma bobagem o que você tem que levar a sério é a importância da linguagem culta*". Com isso, observou-se a forma irrelevante com que alguns desses professores (apenas os relacionados a nossa pesquisa) abordam o preconceito linguístico, como ainda utilizam a norma padrão como referência, menosprezando as variedades linguísticas e ajudando na permanência desse preconceito. Segundo os PCNs (1998, p.30) no ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção,[...].

No que remete aos alunos, o que vemos diante das respostas da p1 dos alunos 3 "*ah! Eu não sei muito bem o que é isso, nunca ouvi falar*" e do aluno 8 "*pra falar a verdade eu não sei nada*" é uma contradição clara em que os professores afirmam ensinar sobre variação e preconceito linguístico e a realidade nos mostra que muitos desses estudantes não tem nenhum conhecimento

relacionado ao assunto em questão. Desse ponto, fica evidente a predominância do ensino tradicional com base na gramática normativa.

Já nas respostas da p2 o aluno 4 disse: *“já e me prejudicou dentro da escola porque tenho vergonha e minhas colegas elas falam direitinho e são de um nível mais alto e muitas palavras que elas falam eu não entendo, eu já quis desistir”*. Temos aqui o velho conceito de “certo” ou “errado” imposto pelo ensino tradicional. Não há conscientização por parte desses alunos de suas próprias variantes, aquela estigmatizada pela sociedade que geram esse preconceito e o aluno 10 diz: *“até aqui nunca aconteceu nada. Já vi sofrerem”*. Será que a escola realmente esta levando em consideração a referência dos PCNs como eles afirmam? Já que segundo os PCNs (1998 p.81) frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes, a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. [...].

Diante da p5 a respostas dos alunos 6 *“ainda não vi não”* e 12 *“já fez, uma atividade sobre isso, uma redação pra gente fazer sobre cidadão, sobre respeitar o próximo”*. Ainda precisam criar novas atividades ou praticar as já existem para que os alunos possam interagir dentro da escola sem a sombra desse preconceito. Trabalhar além da escrita a linguagem oral e suas variações de forma mais específica para que eles entendam sua real importância e saibam se portar diante da sociedade em diferentes contextos. Bagno (2009) afirma,

A prática da reflexão linguística é importante para a formação intelectual do cidadão; com isso, ainda existe lugar, em sala de aula, para o estudo explícito da gramática, desde que ele não seja visto como um fim em si mesmo nem como o aprendizado de um conjunto de dogmas, de verdades absolutas e imutáveis: a reflexão sobre a língua deve ser feita por meio da investigação de fatos linguísticos reais, em manifestações faladas e escritas [...] (BAGNO, 2009, P.15)

Diante da pergunta 7 nenhum aluno soube responder. Questionaram o pouco conhecimento que eles têm sobre o assunto abordado, devido ao ensino do E.J.A ser muito reduzido em comparação com o regular e tratar sem importância muitos assuntos, principalmente, os que se referem as questões sociais. Aqui fica claro a necessidade de se (re) pensar sobre o nosso ensino, a que se refere às práticas linguísticas.

5 CONCLUSÃO

Contudo, observamos neste trabalho que a valorização da norma padrão ainda é a maior referência na metodologia das escolas abordadas, que só respeitar as variações existentes em nossa língua não é suficiente. Precisamos conscientizar nossos alunos de que há uma variante padrão exigida pela sociedade e imposta pela escola, que eles precisam saber se adequar a diferentes contextos.

É de suma importância que entendam que a gramática faz parte do ensino, mas tem que ser vista como sendo necessária para o aprendizado e não prioridade das aulas de língua portuguesa. Já que os PCNs (1998, p.31) dizem que a Língua Portuguesa é uma unidade composta de muitas variedades. O aluno, ao entrar na escola, já sabe pelo menos uma dessas variedades – aquela que aprendeu pelo fato de estar inserido em uma comunidade de falantes. [...].

Assim, levando em consideração todas as dificuldades que encontramos hoje na educação em nosso país e o grande esforço que muitos professores fazem para ensinar em escolas com pouca estrutura é desmotivador a irrelevância com que alguns discutem o preconceito linguístico, e não percebem o quão importante é para a formação de um cidadão conhecer suas próprias variantes, sejam elas por idade, sexo, diferenças socioeconômicas etc.

Neste sentido, é preciso combater este preconceito e pensar em práticas de ensino, e na capacitação de professores que reconheçam a importância das diversidades linguísticas para uma melhor conscientização social.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, T.M. **Sociolinguística**. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. (orgs.) - 9º Ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAMACHO, R.G. **Sociolinguística**. Parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.) - 9º Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** – 7 ed. -2. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: 144p. 1998.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1999.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguista**. São Paulo: Ática, 1986.